

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

A pauta do plenário da Câmara ainda não foi divulgada, mas a expectativa é a votação da Medida Provisória 1154/2023, que trata da estrutura do governo do Presidente Lula, e já anunciado pelo Presidente da Câmara a votação do PL 490/2007.

■ SENADO

O Senado Federal já divulgou a pauta e não existe projetos que a incidência acompanha.

Reunião conjunta das Comissões de Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; e Fiscalização dos Rompimentos de Barragens e Repactuação

Ocorre nessa terça feira (30) o seminário “Impactos da mineração: Territórios Indígenas, reparação e fiscalização”, proposta feita pela Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG) e pelo Deputado Padre João (PT/MG). São temas do debate: o panorama geral da mineração e garimpo no Brasil; a questão do urânio no Ceará e a política nuclear; caso BRASKE; a questão das barragens em risco no Brasil; marco temporal e as ameaças da mineração em Territórios Indígenas; garimpo ilegal nas Terras Yanomamis; e as ameaças da mineração.

Comissão de Legislação Participativa

Foi realizado nessa terça feira (30) audiência pública propostas pela Dep. Erika Kokay (PT/DF) para debater a importância do Projeto Defensoras Populares. Lançado em 2019 pela Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE-PI), o projeto tem como objetivo capacitar e empoderar lideranças comunitárias femininas e de-

mais mulheres interessadas em noções de direitos humanos, serviços, equipamentos públicos destinados ao atendimento das mulheres, sistema básico de justiça e noções de direitos de grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Seguindo proposta do Deputado Ivan Valente (Psol/SP), será realizada Audiência Pública, na quarta-feira (31) para debater sobre a intenção em explorar petróleo e gás no Rio Amazona. Participam como expositores: representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas – MMA; Rodrigo Agostinho, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Jean Paul Terra Prates, presidente da Petrobrás; representante do Ministério de Minas e Energia – MME; Rodolfo Henrique de Saboia, diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo – ANP; Joel Nogueira Rodrigues, secretário do Meio Ambiente do Amapá; José Mauro de Lima de Almeida, secretário do Meio Ambiente do Pará; Roberto Ardrnghy, presidente do Instituto Brasileiro de Petrô-

leo – IBP; Ticiane de Oliveira Alvares, diretora Técnica do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – Inep; Deyvid Bacelar, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros – FUP; Carlos Eduardo Rezende, professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense; Suely Araújo - especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima.

Acordo de escazú

Foi definido o despacho da MSC 209/2023 - Acordo de Escazú, na Câmara dos Deputados: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN); Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); Comissão de Finanças e Tributação (CFT); comissão de Constituição e Justiça (CCJC).

Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

No dia 31/05 será realizada a primeira audiência pública para instruir o PL 2159/2021, que “dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências”. São convidados: Leonardo Papp, assessor jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; Werner Grau Neto, mestre em Direito Internacional Ambiental pela USP; Fabrício Fonseca, técnico-científico na área ambiental; João Paulo Capobianco, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); representante da Abema - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente; representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; representante do Tribunal de Contas da União – TCU; Brenda Brito, advogada, consultora em meio ambiente e gestão fundiária,

pesquisadora do Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Pará)

Quinta-feira, (01/06), haverá reunião da Comissão de Meio Ambiente com o comparecimento da Ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

Demarcação de terras indígenas

A Câmara dos Deputados aprovou, na última semana, a urgência do PL 490, proposta que inviabiliza a demarcação de Terras Indígenas e libera a exploração dos territórios. O Projeto de Lei busca alterar a Constituição e estabelecer o “marco temporal” como critério para demarcações de Terras Indígenas. O projeto, na urgência, antecede a votação do STF que abordará o marco temporal e a demarcação de Terras Indígenas, marcado para 7 de junho. Com a aprovação da urgência, a votação do mérito do PL 490 pode ocorrer a qualquer momento no plenário da Câmara.

Câmara aprova mp sobre prazo de regularização ambiental e regras sobre supressão da mata atlântica

A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 1150/22, que muda o prazo para o proprietário ou possuidor de imóveis rurais fazer sua adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). A MP será enviada à sanção presidencial. Na quarta-feira (24), os deputados aprovaram parcialmente uma emenda do Senado. Uma das alterações prevê que o novo prazo, de um ano, contará a partir da notificação pelo órgão ambiental – e não a partir da convocação, como constava no texto da Câmara. A emenda determina ainda que o órgão ambiental realizará previamente a validação do cadastro e a identificação de passivos ambientais.

Projeto da Ferrogrão completa 10 anos no papel às vésperas do julgamento do STF

Há exatos dez anos, a Estação da Luz Participações (EDLP), debruçou-se sobre o projeto de desenhar a Ferrogrão, uma ferrovia que correria ao lado da BR-163 e escoaria a produção de grãos do Centro-Oeste brasileiro ao porto de Miritituba (PA). O racional: reduzir o trajeto pela metade, já que a carga não precisaria ser transportada até Santos e acabar com a poluição gerada por 1,3 milhão de viagens de caminhões por ano. O tema volta à pauta na quarta-feira, 31, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar a Ação de Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6553, de 2021. A ação contra a Ferrogrão foi impetrada pelo PSOL, com a alegação de que a regularização da faixa de domínio (a área ocupada oficialmente pela BR-163 dentro do Parque Nacional Jamanxim e que a Ferrogrão acompanhará) só poderia ter sido feita por meio de um projeto de lei. Em 2017, essa área foi determinada por uma medida provisória, depois convertida em lei pelo Congresso. Do lado que alega inconstitucionalidade na ação estão os Kayapós e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Abip). Pelo legalidade da regularização da faixa de domínio, estão a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o governo do Mato Grosso. Caso o STF conclua pela inconstitucionalidade, o projeto deverá ir ao Congresso, no qual deverá levar mais alguns anos para eventualmente se tornar lei.

AGU se manifesta a favor da inconstitucionalidade da lei que alterou limites da área do projeto ferrogrão

A Advocacia-Geral da União (AGU) ingressou na última sexta-feira (26/05) com uma manifestação na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.553, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), que aprecia pedido do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) relativo à construção

da Estrada de Ferro (EF-170). Conhecido como Ferrogrão, o empreendimento está previsto para ser implementado na área do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará.

Na peça, a AGU informa que, em razão de novas informações técnicas prestadas por órgãos ambientais federais, modificou seu posicionamento expresso em fases anteriores do processo, manifestando-se agora pela procedência do pedido realizado pelo PSOL. O partido busca na Corte a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 13.452/2017, que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim.

Instalada CPMI que vai investigar responsáveis pelos ataques aos três poderes em 8 de janeiro

Foi instalada na última quinta-feira (25/05) a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro, que vai apurar responsabilidades pela invasão dos prédios dos três Poderes e a depredação do patrimônio público.

Foi eleito para a presidência da CPMI o deputado Arthur Oliveira Maia (União-BA). O vice-presidente é o senador Cid Gomes (PDT-CE). O cargo de segundo vice foi instituído por acordo, por não estar previsto no Regimento Comum do Congresso, e será ocupado pelo senador Magno Malta (PL-ES). O presidente indicou como relatora da comissão a senadora Eliziane Gama (PSD-MA).

Belém é escolhida como sede da COP 30, em 2025

O governo federal anunciou na sexta-feira (26/05) que a reunião da 30ª Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) será realizada em Belém, no Pará. O encontro está marcado para 2025. A medida foi anunciada em vídeo publicado nas redes sociais do governo.